

Seria a Linguística popular não hegemônica?

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v52i3.3627>

Marcelo Rocha Barros Gonçalves¹

Roberto Leiser Baronas²

Resumo

Neste ensaio, intentamos refletir sobre a Linguística popular como uma prática de pesquisa no âmbito da linguagem, que se inscreve no conjunto de práticas contra hegemônicas, especificamente, no que concerne às ciências da linguagem, praticadas no contexto brasileiro. Os dados analisados são produzidos por linguistas populares e dizem metalinguisticamente sobre o acontecimento discursivo “Pelé no dicionário”. Com menos vagar, nossa discussão também passa por questões relacionadas à descolonização dos saberes linguísticos. A partir da discussão teórica empreendida e das análises realizadas, respondemos positivamente à pergunta do título, indicando como resultado que a Linguística popular pode ser considerada não hegemônica.

Palavras-chave: Linguística popular; não hegemonia e descolonização dos saberes.

1 Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Coxim, Mato Grosso do Sul, Brasil; marcelo.barros@ufms.br; <https://orcid.org/0000-0002-1894-9746>

2 Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil; baronas@uol.com.br; <https://orcid.org/0000-0003-0758-0370>

Would folk linguistics be non-hegemonic?

Abstract

In this essay, we intend to reflect on Folk linguistics as a research practice in the field of language, which is part of the set of non-hegemonic practices, specifically with regard to language sciences, practiced in the Brazilian context. The analyzed data are produced by folk linguists and metalinguistically speak about the discursive event "Pelé in the dictionary". With less wandering, our discussion also goes through issues related to the decolonization of linguistic knowledge. Based on the theoretical discussion undertaken and the analyses carried out, we answered positively to the question in the title, indicating as a result that Folk Linguistics can be considered non-hegemonic.

Keywords: Folk linguistics; non-hegemony and decolonization of knowledge.

Para responder positivamente à pergunta título, intentamos neste ensaio discutir com certo vagar questões relativas aos dados e ao sujeito das práticas linguísticas na Linguística popular nos termos em que propôs Niedzielski e Preston (2003), Preston (2021) e Paveau (2018, 2020). Nossa hipótese inicial vislumbra a possibilidade de tomarmos a Linguística popular *Fora do Templo*, isto é, longe do *mainstream* de estudos linguísticos, em oposição portanto (ou pelo menos) ao que se convencionou chamar de *hard-science linguistics* (Yngve; Wasik, 2006), a linguística dura. Em outros termos, nosso desejo, com todos os problemas que possam gerar, é pensar a Linguística popular numa espécie de pré-sal acadêmico das ciências da linguagem praticadas no Brasil.

Nossa tarefa, assim, se enquadraria naquilo que Pardo (2019, p. 47) considerou como uma "decolonização do conhecimento", com reflexos recentes nos estudos do discurso e na Linguística Geral, especialmente no contexto da América do Sul. Para a autora, "a reflexão sobre a decolonialidade, no que se refere ao conhecimento, alenta o pensamento crítico sobre as próprias pesquisas e, em consequência, a criação e aplicação crítica de teorias e métodos" (Pardo, 2019, p. 48) ao sabor da história e da geografia locais. Neste desiderato, nosso trabalho converge, por exemplo, com trabalhos como o de Medeiros, Bonfante e Esteves (2023) e de Cadilhe (2020).

Nossas reflexões parecem também convergir com as de Pinto (2010) sobre as articulações e desarticulações não hegemônicas no que se refere ao exame das noções de língua e prática linguística, especialmente no que diz respeito à:

[...] descolonização e desmodernização do pensamento sobre linguagem, já que a ideologia moderna e colonial dividiu as práticas linguísticas em objeto e seu sobejo, performativamente inventando a "língua" como um fato, e empurrando a prática/ação para fora dos limites dos estudos linguísticos (Pinto, 2010, p. 69).

Assim, para nós, discutir a Linguística popular num contexto de contra hegemonia relativamente aos estudos da linguagem de um modo geral – implicaria enfrentar algumas questões de partida:

- responder “quem são os não linguistas?” é de certa maneira responder à questão do sujeito de linguagem, de sua própria constituição pelo e no discurso (é possível ver isto *pelas* práticas linguísticas?);

- os próprios dados considerados para a Linguística Popular – os comentários sobre a língua – são por si só já “excluídos” do tratamento dado pela Linguística *mainstream* (é possível ver isto *nas* práticas linguísticas?);

- reconhecer, por fim, a Linguística Popular enquanto prática científica antieliminativa (Paveau, 2019), antinegacionista, não hegemônica e – no caso do Brasil – descolonizada, ou seja, um campo da Linguística que traz da periferia para o centro os dados e faz tornar possíveis os sujeitos invisibilizados pelo critério científico padrão (seria possível ver e fazer isto *através de* práticas linguísticas de diversas naturezas?).

Neste sentido, para tomar a Linguística popular como *Fora do Templo* (Paveau, 2019), organizamos o texto como segue: um preâmbulo no qual discutimos questões teóricas e metodológicas da Linguística Popular no tempo e nas diferentes geografias; uma breve discussão sobre contra hegemonia nos estudos da linguagem, com foco nos estudos discursivos; uma seção dedicada à análise de manifestações de linguistas populares sobre língua/linguagem e uma seção final na qual discutimos o lugar da linguística popular nos estudos contra hegemônicos.

1. O *Folk* no espaço-tempo

Na linguística pós-saussuriana, os primeiros investimentos nos dados populares estão comumente atribuídos aos trabalhos de Henry Max Hoengniswald (1915-2003), nas célebres comunicações da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) sobre Linguística (Bright, 1966). Vemos afirmações como estas em Paveau (2021, p. 16) e em Niedzielski e Preston (2003, p. 2).

Ao final de sua exposição, realizou uma crítica direta à posição de Bloomfield (1944) sobre os dados secundários e terciários, apontando para os interesses do campo que deveriam residir no que acontece com a linguagem, mas também em como as pessoas reagem sobre o que acontece com a linguagem e o que as pessoas dizem sobre esses acontecimentos (Bright, 1966, p. 20).

Naquela ocasião, Einar Haugen (1906-1994) destacou o distanciamento de Hoengniswald à pesquisa de Leonard Bloomfield (1887-1949), em especial ao seu trabalho de 1944 intitulado *Secondary and Tertiary Responses to Language*, trabalho no qual é desenvolvida a discussão de declarações populares convencionais sobre a linguagem (Bloomfield, 1944, p. 45). Para Haugen (Bright, 1966, p. 21, tradução própria), “A atitude de Bloomfield com relação a essas reações foi definitivamente negativa”.³

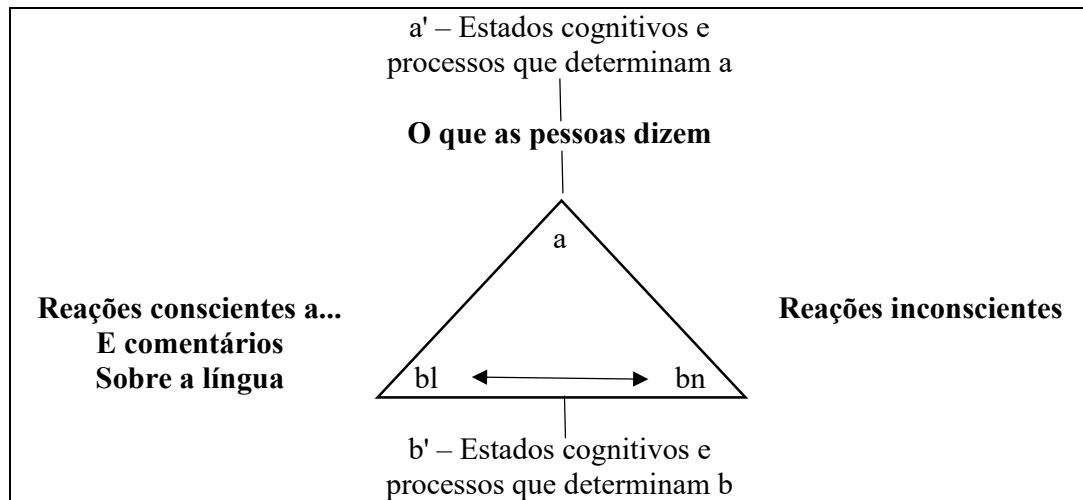
Por que Bloomfield descartou da pesquisa linguística as manifestações populares sobre a linguagem? Para Bloomfield, estes não linguistas são considerados muitas vezes como ignorantes ou selvagens em oposição aos especialistas, e teriam pouco a contribuir para os estudos linguísticos *stricto sensu*. No original, temos “*some ignorant people*” (algumas pessoas ignorantes) e “*savage*” (selvagens), por exemplo, em oposição a “*professional student of language*” (estudantes profissionais de linguagem/língua) (Bloomfield, 1944, p. 45 e 48), para corroborar a tese bloomfieldana de recusar os dados populares de não-especialistas.

Ao final dos anos 1990 e início dos anos 2000, é publicado o *Folk Linguistics* de Nancy Niedzielski e Dennis Preston (Niedzielski; Preston, 2003), seguramente uma das mais relevantes publicações da Linguística Popular norte-americana. Em seu prefácio, os pesquisadores apresentam o modelo proposto para os estudos em Linguística popular⁴, inicialmente elaborado a partir das três questões lá trás propostas para o campo por Hoengniswald.

3 No original: “Bloomfield’s attitude to these reactions was definitely negative”.

4 No novo modelo, a mudança proposta, que se realiza na concepção de um *continuum* na base deste triângulo (de c para b à b1 para bn), reflete melhor a passagem de reações conscientes e comentários sobre a linguagem a reações totalmente inconscientes sobre a linguagem. Nestes termos, a Linguística Popular (porventura as crenças, atitudes e estratégias dos falantes) estaria plenamente localizada no vértice b1.

Figura 1 – O lugar da Linguística Popular na Linguística Geral



Fonte: Baronas; Conti; Gonçalves (2021, p. 52)⁵

Quanto às metodologias da Linguística Popular, especialmente do ponto de vista das técnicas de coleta e análise de dados, Preston (2011, p. 15) apontou para diferentes tipos de abordagem, caracterizadas como tradicionais, operacionais, experimentais e discursivas. Quanto às abordagens discursivas, Preston (2011, p. 34) centrou seus esforços sobre o conteúdo metalinguístico de uma conversa sobre a fala, revisando estratégias que poderiam revelar atitudes subconscientes – seleção de tópico em imitação, especificidade referencial em argumento, marcadores de discurso e perspectivas de tópico, dentre outras.

Ocorre que há uma outra geografia, além da norte-americana, na qual os estudos em Linguística Popular ganharam destaque. Paveau (2008) na revista francesa *Pratiques*⁶ estabeleceu ao menos três domínios para a Linguística Popular (Paveau, 2020, p. 16-17): o domínio anglo-saxônico da Linguística popular, o da *Volkslinguistik* ou *Laienlinguistik* no contexto germânico e o domínio francês e francófono da Linguística Popular.

Inspirada na oposição que propôs Brekle (1984) entre práticas languageiras e práticas linguísticas no âmbito da linguística popular, Paveau (2018) organiza o campo de estudos estabelecendo quatro tipos de práticas linguísticas realizadas pelos não especialistas, não linguistas ou simplesmente linguistas populares. A linguística popular se ocupa das práticas linguísticas e não das práticas languageiras. Paveau (2020) distingue as primeiras, que sempre envolvem uma atividade metalinguística, das segundas, que se referem meramente ao uso da língua.

⁵ Para o modelo original em inglês, ver Niedzielski e Preston (2003, p. 26).

⁶ Ver: <https://journals.openedition.org/pratiques/1171>. Acesso em: 23 abr. 2021.

Enquanto a linguística científica privilegia o estudo dos usos languageiros das pessoas comuns, a linguística popular abarca as práticas linguísticas e a produção de saberes sobre a língua por não linguistas. Esses saberes não podem ser nem refutados e nem comprovados; funcionam como crenças que incitam a determinadas ações. Segundo Paveau (2020), as práticas linguísticas podem ser de natureza descritiva (Ex: os léxicos especializados dos grupos sociais, das tribos, etc. que circulam nas redes de comunicação); normativa (Ex: enunciados que seguem a fórmula do *apêndix prohi* <dizer> vs. <não dizer>, como <gente> vs. <não jente>); intervencionista (Ex: usar o neologismo <sextar> para anunciar o fim de semana que se aproxima, criando um verbo que se encaixa no paradigma da primeira conjugação, a mais produtiva no sistema gramatical do português) e militante (Ex: dizer <homossexualidade> e <não homossexualismo> ou dizer <escravizado> e <não escravo>).

Não obstante a publicação de Paveau (2018), no Brasil é mais recente a chegada do que chamamos de Linguística Popular como campo de pesquisa em linguística em comparação às outras geografias, como a norte-americana e a francesa. No contexto brasileiro (Paveau, 2020, p. 7), a linguística popular não figura ainda como um campo de investigação oficialmente institucionalizado para as associações científicas de linguística no Brasil e dentre as agências de fomento à pesquisa no país. De qualquer maneira, podemos verificar em Gonçalves (2021a) e Gonçalves (2021b), considerando as produções mais recentes, um investimento em abordagens discursivas que analisam o dado linguístico popular em circulação com enfoque em práticas linguísticas descritivas, militantes e identitárias.

A Linguística popular brasileira para além de trabalhar no *continuum* proposto por Paveau (2018 e 2020), isto é, num mirante anti-eliminativo entre linguística científica e linguística leiga, busca compreender por um lado como os conhecimentos metalinguísticos (metaenunciativos, metadiscursivos) são construídos pelos sujeitos e, por outro, como esses conhecimentos são (co)partilhados pelos membros de uma determinada comunidade. Para uma leitura mais renhida de textos em Linguística Popular, recomendamos os trabalhos de Baronas, Conti e Gonçalves (2021) e, mais recentemente, o dossiê em Linguística Popular publicado pela *Revista da ABRALIN* intitulado “Teorias e métodos em Linguística Popular/*Folk Linguistics*” (ver Gonçalves; Preston; Baronas, 2023).

Linguística Popular e não hegemonia

Os comentários que pretendemos tecer sobre a Linguística popular e suas relações com teorias não hegemônicas nos estudos da linguagem nesta seção têm suas raízes fixadas em pelo menos três produções diferentes, todas elas com foco nos estudos discursivos. A primeira delas, a de Pardo (2019, p. 47), que realiza um “estudo crítico sobre a colonização do conhecimento na área dos estudos do discurso”, indicando para pistas de como os temas, as teorias e os métodos são (ou precisam ser) tomados nos estudos da linguagem no contexto da América do Sul.

A segunda, a de Paveau (2023, p. 162), que apresenta as contribuições das noções de interseccionalidade e descolonialidade para as teorias do discurso, o que ela mesma chamou de uma análise do discurso não hegemônica. E a terceira, a de Pinto (2010, p. 69), na qual se “examina a noção de “língua” à luz de um conjunto crítico de estudos contra hegemônicos sobre [...] linguagem”.

Seria a Linguística Popular não hegemônica?

O primeiro comentário que gostaríamos de destacar aqui diz respeito a uma objeção ao que se poderia designar como antiga à Linguística popular, questão talvez central da própria constituição do campo: a questão do dado em linguística. Esta objeção consiste, dentre outras razões, pela recusa do dado popular seja porque ele é coletado/proferido por um não especialista, seja porque ele é desprovido de um vocabulário adequado (metalinguagem) para *comentar* sobre a linguagem. Esta repulsa, já feita por Bloomfield, na década de 1940, e por Labov quando da própria “sabatina” com Hoegninswald, em 1964, é glosada por Preston (2003, p. 3) como a pobreza do dado.

Esta objeção blomfieldiana-laboviana indica uma espécie de repulsa epistemológica do dado popular, desalinhando-o do fazer ciência tradicional, *hard, maistream*, dentro do templo. Para esta corrente epistemológica, os dados linguísticos valorizados são aqueles chancelados por uma teoria linguística, independentemente de esses dados serem engendrados por um “falante ideal”, uma espécie de *avatar avant la lettre*, completamente asseptizado da sociedade que o constitui.

O que os resultados das pesquisas em Linguística popular revelam é que, além de sua inserção nos estudos da distribuição geográfica/espacial das línguas e suas relações com o social – desde a dialetologia tradicional à sociolinguística contemporânea, este novo campo de saber pode contribuir para uma discussão mais ampla dentro de uma teoria geral dos estudos da linguagem ou mesmo para as ciências humanas de uma forma geral.

O segundo comentário (ou questão), observado a partir das diferentes práticas linguísticas, indica no Brasil a *desperiferização* dos sujeitos falantes brasileiros, apontando para os nossos temas, nossas “causas”...

A linguística popular ao trazer para o centro do debate os metadiscursos das pessoas comuns sobre a sua língua e a línguas dos outros, e, além disso, como esses saberes são partilhados pelos membros de uma determinada comunidade coloca os sujeitos produtores desses discursos como coparticipes na produção do conhecimento. Entendendo este último como a possibilidade concreta de uma mudança social. Esses sujeitos não são mais objetos do conhecimento (a sua língua em diferentes níveis e

funções), mas sim os coautores desse conhecimento, cujo objetivo primeiro não é descrever, explicar ou interpretar o funcionamento linguístico, mas, por meio de suas práticas linguísticas mudar a sociedade.

Nesse sentido, somente para ficarmos em um pequeno exemplo de uma prática militante, quando os jornalistas Vitor Angelo Scippe e Fred Libi publicam, em 2006, o *Dicionário Aurélia: a dicionária da língua afiada* pela Editora Bispa, uma espécie de metáfora de saberes partilhados pela comunidade LGBTQIA+, buscam mostrar que mais do que uma simples tecnologia, cujo objetivo é instrumentalizar uma determinada variedade linguística, mostrando a sua condição de subalternidade em relação não só ao que seria a norma padrão ou a outras variedades de prestígio, ou um símbolo de nacionalidade, a Aurélia se constitui num discurso de militância sobre a língua da comunidade LGBTQIA+.

Essa obra institui um modo de dizer que implica a manifestação de uma interlíngua própria (um código linguageiro específico, um estilo da comunidade LGBTQIA+), todavia, sem impor um padrão a ser seguido, como o faz a norma culta, por exemplo e, nem se apresentar como uma língua de madeira, hermética, inacessível para os que não fazem parte da comunidade. Para além e aquém disso, a Aurélia incita essa modelização do padrão a se desarranjar, propondo em seu lugar a possibilidade de inauguração de um mundo que se dá a ver no próprio ato de inauguração, ou seja, a pertinência e mesmo a necessidade de se dar a ver do modo como se dá a ver. Ademais, no que concerne estritamente ao linguístico, a Aurélia não tem relação natural com qualquer uso linguístico; mesmo quando a obra parece empregar uma língua, que, no nosso imaginário puritano, possa ser considerada “chula”, “pejorativa”, existe sempre o confronto com a alteridade da linguagem, vinculada a um posicionamento determinado no campo dos instrumentos linguísticos e, conseqüentemente, da própria língua.

A Linguística popular é descolonizada?

Antes de responder sobre Linguística popular e a relação com a descolonização dos saberes, a pergunta que muitas vezes se faz acerca desse campo de conhecimento é a da sua validade: o conhecimento em que se baseia a linguística popular ou que produz é objetivo e digno de ser considerado pela linguística científica? Essa questão é essencial e foi feita entre outras vezes por Paveau (2008). No entanto, esse tipo de questão epistemológica eclipsa outra: talvez a mais importante, para que serve a linguística popular? Ela desempenha um papel importante na sociedade? Ou será mais um domínio/subdomínio nos estudos linguísticos, alheio a tudo o que se passa na nossa sociedade? Mais uma disciplina no escaninho dos GTs da Anpoll ou em outro escaninho, o das comissões de área da Abralín?

Entendemos que para além de trazer para o centro do debate todas essas importantes questões, que supostamente estariam resolvidas no âmbito da linguística científica, a

Linguística popular engendra um rangimento⁷ no conhecimento produzido pelas ciências da linguagem, ou seja, mostra por um lado que a especialização não é o único critério que deveria ser levado em conta para que um saber seja aceito como válido ou não e, por outro, daí a metáfora do pré-sal, os dados produzidos pelos linguistas populares, apesar das dificuldades de serem coligidos objetivamente, além de virem antes dos dados dos linguistas, são muito numerosos riquíssimos e podem ajudar a própria linguística na elucidação de diversos fenômenos. Nesse sentido, é possível dizer com convicção que a Linguística popular pode ser entendida como estando no escopo dos estudos descoloniais. Tal convicção não tem a ver somente com os temas da Linguística popular, mas sobretudo pela sua própria constituição.

Análise de práticas descritivas

Realizar uma análise das práticas linguísticas militantes engendradas pelos linguistas populares parece menos problemático do que uma análise de práticas descritivas. Para defender esta tese, poderíamos mobilizar inúmeros acontecimentos⁸, no entanto, por conta do espaço, vamos nos restringir a um que nos parece ser uma espécie de representação metonímica de que os linguistas leigos entendem muito de futebol e de língua. Não me refiro aqui aos jornalistas esportivos, comentaristas em geral, que se dedicam ao *métier* futebolístico e que cobrem os diferentes campeonatos de futebol, mas ao cidadão comum, o sujeito que cotidianamente rala, à unha, não somente o coco, mas todos os tipos de castanha para tentar sobreviver.

Especificamente, queremos fazer referência inicialmente a um comentário de um internauta, que após a publicação de uma matéria no *site* do UOL, cujo conteúdo era “Pelé vira verbete do dicionário Michaelis: aquele que é fora do comum”⁹, disse: “Aqui, no Rio Grande do Norte, já existia o termo “pelé” com outra conotação: aquele esperto que sabe driblar qualquer situação. Ex: “Fulano enganou a esposa saindo com outra mulher. É um pelé”. Há variação, como “pelezão” e “pelezona”.

O comentário metalinguístico do internauta, uma espécie de metáfora dos saberes linguísticos de um determinado grupo social: *Aqui, no Rio Grande do Norte, já existia o termo ‘pelé’ com outra conotação*, é muito pertinente, pois acrescenta ao verbete Pelé, além do sentido proposto pelo Michaelis, “aquele que é fora do comum” outro, a saber,

7 Palavra valise que designa o processo de fazer ranger determinado conhecimento já produzido alhures.

8 Uma rápida procura no *site* de buscas Google nos dá para o acontecimento “Pelé dicionarizado” 44600 ocorrências. Dentre elas, merecem destaque pelo menos duas dessas ocorrências: “Pelé no dicionário: outros nomes que deram origem a verbetes. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cndggy1dpkjo>; “Pelé: uma metáfora conceitual”. Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/noticia/2022/12/pele-uma-metafora-conceitual.ghtml>;

9 Pelé vira verbete em dicionário Michaelis (uol.com.br)

o do esperto, astuto. Não cabe aqui nenhum juízo de moral/cancelamento em relação ao exemplo mobilizado pelo internauta. Além disso, esse internauta fala da variação “pelezão e pelezona”. Esse dado por mais simples que possa parecer, juntamente com a dicionarização, nos mostra que Pelé, uma espécie de alcunha, que designa o maior jogador de todos os tempos, é também um acontecimento linguístico (Guilhaumou, 2009), isto é, evidencia como os sujeitos falantes a partir de seus saberes metalinguísticos mobilizam os instrumentos linguísticos disponíveis para legitimar as suas inovações linguísticas.

Os linguistas Marcelo Módulo e Henrique Braga, em artigo intitulado “Pelé: uma metáfora conceitual”¹⁰, publicado no jornal *O Globo* em 31/12/2022, poucos dias após a morte do atleta, asseveram que:

No processo de mudança linguística em que o substantivo próprio Pelé se converte em substantivo comum, ocorre uma metáfora conceitual. Toma-se o futebol como domínio-fonte, e, nesse universo, o elemento concreto “Pelé” remete a exuberância, força, esplendor, qualidade técnica e, sobretudo, superioridade. Em seguida, no domínio-alvo escolhido, as mesmas propriedades são atribuídas a outro sujeito: ao dizer que Machado de Assis é o pelé da literatura brasileira, transfere-se para o domínio da literatura a superioridade verificada no domínio futebolístico. Para um grupo de jovens estudantes que ainda não tivessem tomado contato com o Bruxo, mas já conhecessem o lendário Rei, a metáfora seria um recurso discursivo para dar a dimensão da grandeza de nosso autor maior.

Módulo e Braga, a partir da Linguística cognitiva, defendem por um lado que a conversão do substantivo próprio “Pelé” em substantivo comum “pelé” é o resultado de um processo de mudança linguística e, por outro, que esse processo pode ser entendido como uma metáfora conceitual: “Toma-se o futebol como domínio-fonte [...] o elemento concreto “Pelé” remete a exuberância, força [...] e sobretudo, superioridade. Em seguida, no domínio-alvo escolhido, as mesmas propriedades são atribuídas a outro sujeito...”. Os autores finalizam o seu texto falando sobre a ausência do termo Pelé nos dicionários de Língua portuguesa, bem como do seu merecimento em ser registrado:

Um termo dicionarizado?

Entre especialistas, já é consenso que o dicionário não define se um termo “existe” ou “não existe”. Antes, o trabalho de dicionaristas pode documentar formalmente os vocábulos que integram o vernáculo de uma comunidade de falantes.

10 Disponível em Pelé: uma metáfora conceitual | Cultura | O Globo

No caso do substantivo comum pelé, nem os principais dicionários nem o Vocabulário da Academia Brasileira de Letras registram o termo. Se nos permitem uma aposta, porém, é questão de tempo: trata-se de um termo produtivo, recorrente, que já integra as variedades brasileiras do Português. Em suma, um termo que merece registro.

O comentário do internauta vai justamente na direção do que os linguistas afirmam em seu texto: “trata-se de um termo produtivo, recorrente, que já integra as variedades brasileiras do Português”. Em outras palavras, antes mesmo de o Michaelis registrar o termo, Pelé, não apenas com o sentido de o maior jogador de todos os tempos, com outros sentidos, esse verbete já estava registrado na memória discursiva dos falantes do português brasileiro. O que o dicionário fez foi registrá-lo em um instrumento linguístico.

Na sequência, mobilizaremos outro dado, desta vez a matéria “Pelé dicionarizado”¹¹, publicada no *site* do UOL, no Blog do jornalista Juca Kfourri, em 27 de abril passado, cuja autoria é de Luiz Guilherme Piva.

Diferentemente do dado anterior, neste, inicialmente temos um jornalista questionando a classificação gramatical do termo Pelé. “Existe uma grande discussão [...] acerca da classificação gramatical do termo adjetivo, substantivo, substantivo adjetivado [...] Acho que (Pelé) será sempre um substantivo. Ainda mais quando precedido pelos artigos [...]”. Na sequência, o mesmo jornalista questiona o Michaelis acerca da utilização da letra minúscula no início do termo pelé “[...] a heresia de fazê-lo com a inicial em minúscula, pecado que o primeiro dicionário já cometeu”. Aqui a relação com o discurso religioso é explícita. Em outros termos, no imaginário do autor da matéria, que também se apresenta como uma metáfora do entendimento da grande maioria das pessoas da “pátria de chuteiras”, Pelé é um Deus, o do futebol, e grafá-lo com letra inicial minúscula é o mesmo que cometer um sacrilégio.

Nesse caso, nos parece que o significante é entendido como a própria coisa. Não existe aqui uma relação de significação, mas sim uma relação de identificação entre a palavra e a coisa. Nesse sentido, se para os cristãos o pão e o vinho não representam o corpo e o sangue de Jesus, pois são o próprio corpo e o sangue do Messias, ou seja, não há uma relação metafórica implicada e sim metonímica, desse modo, se Pelé é um Deus e Deus grafa-se com inicial maiúscula, então Pelé deve ser grafado com a inicial em maiúscula. Aqui a questão do respeito a Pelé enquanto um Deus fala mais alto do que a questão do próprio gênero discursivo verbete.

¹¹ Essa matéria pode ser acessada na sua íntegra em <https://www.uol.com.br/esporte/colunas/juca-kfourri/2023/04/27/pele-dicionarizado.htm>

Ademais, há uma outra questão que nos parece pertinente salientar, que é a relação entre escrita e oralidade. Nesse sentido, ao questionar o dicionário, pelo uso da inicial em minúscula para o termo *pelé*, alçando esse uso à condição de pecado, o autor também inscrito no imaginário social da língua escrita como um lugar de respeito, está reiterando o valor que a escrita tem na nossa sociedade em detrimento da oralidade. Não precisamos elencar aqui o conjunto de provérbios e de outras pequenas frases que estão no nosso *thesaurus* cultural e que atestam o valor da escrita na nossa sociedade.

Conclusão – A Linguística popular é não hegemônica

Quando ainda criança, lá pelos idos de 1977, no interior do Rio Grande Sul, mais especificamente em Erechim, um de nós vivenciou uma situação, que pode parecer uma anedota. Todavia, é a mais pura expressão da verdade. À época, eu e meu primo, Márcio, o Saci, depois da nossa aula, cotidianamente, jogávamos futebol – golzinho – num campinho, num terreno baldio, que ficava logo abaixo do campo do Atlético do Linho. Time que representava o nosso bairro. Depois de nossas peleias, íamos religiosamente assistir ao treino do Atlético. Naquele momento, chamava a nossa atenção um jogador em particular, o Walmir: atleta com pouca técnica, mas muito esforçado e que todas às vezes que o treinador ia distribuir as camisetas, demandava: “Me, me dá a 10, que jogo até no gol!” Não raras vezes, quando o time do Atlético do Linho pousava para as fotos, antes das partidas pelo campeonato citadino, independentemente da sua escalação no time, o Walmir ficava de costas para mostrar a camisa 10. Esse episódio reforça que *Pelé*, o dono da camisa 10, o maior de todos os jogadores de futebol, é um “verbete” *avant la lettre*, construído pelos falantes, desde a sua irrupção no cenário brasileiro.

Essa pequena narrativa e as nossas breves análises atestam que muito antes da morte de *Pelé*, que ocorreu em 29 de dezembro de 2022, inúmeros falantes têm transformado o substantivo/apelido *Pelé* em adjetivo: “Que ou aquele que é fora do comum, que ou quem em virtude de sua qualidade, valor ou superioridade não pode ser igualado a nada ou a ninguém, assim como *Pelé*”. Essa mudança de classe gramatical para além de construir um lugar de memória linguística para *Pelé*, quer seja em relação ao sentido de “fora do comum” ou ao “do esperto”, “astuto”, passando a ser sinônimo de algo ou alguém, nos mostra, em termos mais teóricos, que se trata de um momento de emergência de formas singulares de subjetivação, que se dão no cruzamento entre um saber e um fazer linguístico, engendrados pelos sujeitos e que é partilhado pelos membros de uma determinada comunidade.

Os dados mobilizados pelos linguistas populares acerca da dicionarização do termo *Pelé* dizem deveras da nossa identidade enquanto brasileiros, a saber a nossa relação umbilical com questões relacionadas ao futebol. Em nenhum país do mundo, o ludopédio é tão constitutivo do seu povo como no Brasil. Estudar essas relações no âmbito da linguagem nos parece incidir enquanto uma das provas cabais de que a Linguística popular é contra hegemônica.

Referências

BARONAS, R. L.; CONTI, T. C. B.; GONÇALVES, M. R. B. (org.). *Linguística Popular/Folk Linguistics - Saberes linguísticos de meia tigela?* Campo Grande: Ed. UFMS, 2021.

BREKLE, H. E. La "linguistique populaire": est-elle un objet possible d'une historiographie de la linguistique ? In: *Archives et documents de la Société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage*, Première série, n. 5, p. 47-59, 1984. DOI: <https://doi.org/10.3406/hel.1984.3341>. Acesso em: 11 set. 2021.

CADILHE, A. J. Fabricando paraquedas coloridos: linguística aplicada, decolonialidade e formação de professores. *Raído*, v. 14, n. 36, p. 56-79, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.30612/raido.v14i36.11943>

DE OLIVEIRA BONERMANN, N. B.; COX, M. I. P. Mário de Andrade: Um (socio) linguista folk. *Fórum Linguístico*, v. 16, n. 4, p. 4271-4284, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2019v16n4p4271>

GONÇALVES, M. R. B. On Mario de Andrade's Folk Linguistics. *Cadernos de Linguística, [S. l.]*, v. 2, n. 4, p. e490, 2021(a). DOI: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2021.v2.n4.id490>. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/490>. Acesso em: 30 set. 2024.

GONÇALVES, M. R. B. A Linguística Popular e a Historiografia Linguística. *Revista da ABRALIN, [S. l.]*, v. 20, n. 3, p. 609-620, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1972>. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1972>. Acesso em: 30 set. 2024.

GONÇALVES, M. R.; PRESTON, D.; BARONAS, R. L. Linguística Popular. *Revista da ABRALIN, [S. l.]*, v. 22, n. 2, p. 1-10, 2023. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v22i2.2185>. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2185>. Acesso em: 26 set. 2024.

GUILHAUMOU, J. *Lingüística e História: percursos analíticos de acontecimentos discursivos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2009.

MEDEIROS, V.; BONFANTE, G. M.; ESTEVES, P. M. da S. Descolonização e decolonialidade: considerações sobre línguas no espaço brasileiro. *Todas as Letras – Revista de Língua e Literatura*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 1-17, maio/ago. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6914/eLETD016135>

PARDO, M. L. Decolonização do conhecimento nos estudos do discurso. In: RESENDE, V. de M. (org.) *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2019.

PAVEAU, M. Une analyse du discours contre-hégémonique. Intersectionnalité critique et pluriversalité décoloniale. *Langage et société*, v. 178, p. 161-190, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3917/lis.178.0149>

PAVEAU, M.; DA SILVA ESTEVES, P. M. Não linguistas fazem linguística? Uma abordagem antieliminativa das ideias populares. *Policromias-Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 3, n. 2, p. 21-45, 2018.

PAVEAU, M. *Linguística folk*: uma introdução. Organizado por Roberto Leiser Baronas, Tamires Cristina Bonani Conti e Julia Lourenço Costa. Araraquara: Letraria, 2020. Disponível em: <https://www.lettraria.net/linguistica-folk-uma-introducao/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PINTO, J. P. Da língua-objeto à práxis linguística: desarticulações e rearticulações contra hegemônicas. *Revista Linguagem em foco*, v. 2, n. 3, p. 69-84, 2010.

PRESTON, D. R. Métodos em Linguística Popular (aplicada): o que pensa o povo? (Methods in (applied) folk linguistics: getting into the minds of the folk). *Estudos da Língua(gem)*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 9-42, 2021.

NIEDZIELSKI, N. A.; PRESTON, D. R. *Folk linguistics*. New York: Walter de Gruyter, 2003.

YNGVE, V.; WASIK, Z. (ed.). *Hard-science linguistics*. A&C Black, 2006.